

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 458

Aos vinte e sete dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Universitário, sob a presidência do Prof. Dr. Danilo Giroldo, com a presença dos seguintes membros: **De forma presencial** - Amandio da Rosa Porciuncula, Andréia Sorressão Lucas, Augusto Ferrari, Billy Graeff Bastos, Caroline Lemos Segovia, Claudio Moss da Silva, Cristiano Ruiz Engelke, Eduardo Pitrez de Aguiar Correa, Eneilson Campos, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Fabíola Aiub Sperotto, Glauber Acunha Gonçalves, Isabel Cristina de Oliveira Netto, João Carlos Brahm Cousin, José Francisco Almeida de Souza, Jussara Maria Silveira, Luiz Antônio de Almeida Pinto, Luiza Machado da Silva, Marcelo Garcia, Newton Nyamasege Marube, Ralf Kersanach, Rossana Madruga Telles, Simoní Saraiva Bordignon e **Por meio de webconferência** - Eduardo Dias Forneck. A Secretária, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: **De forma presencial** – Walter Nunes Oleiro, suplente de Artur Roberto de Oliveira Gibbon, representante do ICEAC; (titular afastado a serviço da Universidade); Neide da Silva Cunha, suplente de Rafael de Carvalho Missiunas, representante dos servidores TAE, Erik Muxagata, suplente de Ícaro Aronovich da Cunha, representante do IO, Vitor da Silva dos Santos, suplente de Viviane Costa Touguinha Bauer, representante dos servidores TAE, Viviane de Castro da Silva, suplente de Rosana Oroski, representantes dos discentes de graduação, Nisia Krusche, suplente de Luciano Vaz Ferreira, representante dos docentes, Sábatha Catoia Dias, suplente de Eliana da Silva Tavares, representante do ILA (titulares afastados por motivo de força maior). Justificaram ausência: Antenor Ferreira Moraes e Paulo Henrique Beck, respectivamente titular e suplente da representação da EQA, Rogério Piva da Silva e Márcio André Leal Bauer, titular e suplente da representação do ICEAC, (afastados por motivo de força maior); Luciana Paiva Coronel e Tatiana Walter, respectivamente, titular e suplente da representação docente (titular afastada por motivo de força maior, e a suplente afastada a serviço da Universidade); Roberto de Souza Gomes da Silva e Alex Leonardi, respectivamente, titular e suplente da representação docente (afastados a serviço na Universidade); Lara Carolina Peixoto Quiche, Ricardo Fornari, representantes dos discentes de graduação (afastados por motivo de força maior). Ausentes sem justificativa: Ana do Carmo Goulart Gonçalves, representante do IE; Leticia Cao Ponso, representante do ILA; Carlos Otaviano Passos, representante dos discentes de graduação; Willian Rubira da Silva, representante dos discentes de pós-graduação. Participaram como convidados: Samuel Santos Troina (Diretor do NTI); Patrizia Raggi Abdallah (Diretora do ICEAC); Maria Rozana Rodrigues de Almeida (Ouvidora); Andrea Gonçalves dos Santos, Lauricio Antônio Tissot dos Santos, Paulo Cesar Ramos Pinto, Taís Dias Legemann (componentes do Grupo de Trabalho sobre Dados

Abertos). Ao iniciar a reunião, o Senhor Presidente justificou a ausência da Reitora, por estar em viagem a serviço da Universidade. Na sequência, colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 457** - Tendo em vista que a ata fora disponibilizada, antecipadamente, aos conselheiros, o Senhor Presidente perguntou aos conselheiros se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo, a ata nº 457 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade; **2º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Homologação do Ato Executivo nº 033/2019 - Alteração no Calendário de Reuniões do CONSUN** – O referido AE alterou o Calendário de Reuniões aprovado pelo CONSUN, prorrogando a reunião ordinária do mês de agosto, do dia 9 para o dia 27 de setembro. A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **3º) Parecer 003/2019 da 1ª Câmara - Processo 23116.005343/2019-87 – Proposta de alteração no Regimento Interno do ICEAC (Art. 16, 17 e 18)** – O processo foi relatado pelo Cons. Antenor Ferreira Moraes, que após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação da proposta de alteração no Regimento Interno do ICEAC (Artigos 16, 17 e 18), conforme proposta apresentada pela Unidade Acadêmica. O parecer foi lido pelo Cons. Claudio Moss, representando a 1ª Câmara. Após a leitura, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. O Cons. Ernesto Alquati solicitou a substituição da palavra “colegiado” por “conselho”, constante no artigo 18, entendendo ser a forma correta de referência no contexto da proposta, tendo a concordância do plenário. A Diretora Patrícia Abdalla disse que a referida adequação do Regimento Interno do ICEAC não muda, em essência, a tarefa da câmara diante dos projetos e pesquisas do instituto a serem avaliados. Informou, ainda, que foram realizadas conversas e que, devido à intensificação no número de trabalhos e produtos, o regimento precisava mudar, assim, melhorando o fluxo de trabalho e aumentando a eficiência dentro do ICEAC. Afirmou, por fim, que a proposta muda apenas o caminho do processo, sendo todos avaliados dentro do conselho do instituto, tratando-se somente de uma mudança de procedimento operacional na execução de aprovação dentro do conselho. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **3º) Parecer 004/2019 da 2ª Câmara - Processo 23116.007668/2019-02 – Relatório final do GT- Dados abertos e o Plano de Dados Abertos da FURG** – O processo foi relatado pelo Cons. Eduardo Pitrez que após análise dos documentos que o compõem o processo, votou pela aprovação do Relatório Final do Grupo de Trabalho Dados Abertos, assim como pela aprovação do Plano de dados Abertos (DPA) da FURG. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, o Senhor Presidente agradeceu ao relator pela síntese realizada sobre o assunto em seu relatório. Explicou, inicialmente, que a reunião falaria dos trabalhos relacionados ao Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação, o qual foi instituído com alguma urgência, porque a Universidade precisava atender instrumentos importantes de gestão. Quando o comitê gestor foi reestruturado no ano passado, foi dividido em grupos de trabalho ou subcomissões, a fim de trabalhar com: dados abertos, plano estratégico de

tecnologia da informação e comunicação, plano diretor de tecnologia da informação e comunicação, que serão discutidos nessa reunião, e falou que virá até final do ano ao Conselho, a política de segurança da informação, pois são instrumentos demandados por legislação, e, também, instrumentos importantes de gestão que orientam o trabalho. Uma vez aprovados esses instrumentos pela instituição, o comitê continuará tendo o papel de discutir sobre as atribuições em relação à tecnologia da informação e comunicação. Falou que a política de segurança da informação não trata só de informação eletrônica, e, sim, de um plano mais amplo. Disse que o trabalho de dados abertos foi coordenado por um GT (grupo de trabalho), em que a Ouvidora, Maria Rozana, foi a coordenadora e o Bernardo do NTI foi o vice-coordenador. A Ouvidora Maria Rozana elogiou a relatoria realizada pelo Cons. Pitrez e acrescentou que foi um trabalho intenso de um ano, em que o GT reuniu-se a partir da designação pelo CGTIC (Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação). Disse que o trabalho está todo baseado na legislação da CGU, sendo cumpridos os prazos, mas que o grupo procurou fazer um trabalho que fosse diferenciado, no sentido de buscar a transparência, e, com a consulta pública, foi possível buscar, também, o que a comunidade entendia como necessário. Ressaltou que, após aprovação, será divulgado para que a comunidade saiba que os dados estão disponibilizados. Colocou-se à disposição com relação ao surgimento de possíveis dúvidas. No relatório, identificou, que, na página 1, do parecer onde fala sobre o “Cronograma de Abertura do PDA, no período de out/2019 a out/2020”, o certo seria “Out/2021”, tendo a concordância do plenário. O Senhor Presidente ressaltou que é um trabalho complexo que demanda uma grande articulação entre as Unidades Administrativas. Por isso, a amplitude na composição do GT com o desafio de produzir uma interlocução profunda para que chegue a ser disponibilizado efetivamente, em condição de serem trabalhados esses dados, os quais preconizam a legislação para que seja acessível à sociedade. Na sequência, colocou-se o assunto em discussão. A Cons. Nísia informou que foi a primeira vez que escutou falarem sobre esse plano de dados, disse que ficou muito feliz, pois relatou que, finalmente, vai poder guardar os dados de suas pesquisas, visto que seus dados são medidas atmosféricas, que, atualmente, já acumula uns cinco anos de dados medidos, continuamente, há 20 dados por segundo na torre. Externou preocupação com esses dados, pois são grandes coleções e precisam ter um destino, porque, se ela sair daqui, hoje, estes ficarão na gaveta, nos HDs de teraBytes, já que que ninguém fará nada com eles. Isso é dinheiro público que pode ir fora. Parabenizou os colegas que fizeram um excelente trabalho, mas disse que gostaria de saber se a FURG tem alguma expectativa de, em algum momento próximo, de preferência, gerar um banco de dados científicos de todas as medidas que são feitas dentro da Universidade para que, fiquem disponíveis ao público sempre que possível e dentro das normas. Assim, se diminuirá o risco de perda desse tipo de material. O Senhor Presidente disse que isto pode ser conversado com a própria PROPESP, disse não saber se esse grau de detalhamento costuma constar no portal de dados abertos dessa forma. A Ouvidora Maria Rozana respondeu que, no portal de dados abertos há instituições que colocam outros dados, bem como existe um estudo sobre dados

científicos, e lembra-se da existência de um grupo com a participação de um professor do C3 que estaria trabalhando nesta pesquisa, mas que, de qualquer forma, o PDA (Plano de Dados Abertos) é para dois anos com previsão de novo PDA para o ano que vem. Disse, ainda, que os dados que estão sendo colocados foram aqueles que apareceram pela comunidade em decorrência de sua importância importante, além dos dados levantados pelo GT. Disse entender que é possível conversar de que forma esses dados poderão ser disponibilizados. O Senhor Presidente disse que o Diretor do IO, Osmar Möller, estava fazendo um esforço grande para reunir os dados históricos importantes, e que, na Unidade, estão preocupados em guardá-los. Disse ser uma boa discussão para o próprio comitê de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI) trabalhar essa questão de uma forma institucionalizada, tentando construir um projeto específico, pois existem caminhos até que o dado seja disponibilizado. A Cons. Nisia falou que, por estar no C3, tem conhecimento dessas iniciativas de bancos de dados, mas disse não existir nada formal, por ser um trabalho muito pesado e que vem se tentando realizar há uns anos, mas que precisa ser concretizado o mais rápido possível. Comentou que tudo isso passa pela questão da transparência, citou, ainda, o caso de quando Donald Trump assumiu a presidência nos Estados Unidos, a primeira situação que surgiu nas bases foi a limitação no uso dos dados americanos para a comunidade científica internacional no geral. Assim, se os dados são colocados na internet, fica mais difícil desses bloqueios acontecerem. O Cons. Augusto Ferrari disse ser representante do ICB e comentou sobre o prédio das coleções científicas que será inaugurado. Para que não vire um depósito de materiais, é preciso ter a disponibilização dos dados. Comentou que, hoje, em qualquer coleção científica, as questões de aquecimento global, mapeamento e mudança de distribuição das espécies só é possível tendo um registro histórico para que os dados não fiquem, simplesmente, em um prédio onde irá se colocar o material. Por este motivo é imprescindível que os dados sejam disponibilizados, e tendo uma força institucional pressionando fica mais fácil torná-los públicos. O Senhor Presidente disse que foi bem lembrado pelo conselheiro e falou sobre o centro integrado de biodiversidade que está para ser inaugurado, através de um projeto do CTINFRA (Fundo Setorial de Infraestrutura). Disse que está na fase de migração das coleções botânicas e zoológicas, um conjunto grande de coleções, sendo uma ação importante, estruturante, ficando vinculada à PROPESP. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **4º) Parecer 003/2019 da 3ª Câmara - Processo 23116.007667/2019-50 – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI** – O processo foi relatado pelo Cons. Newton Nyamasege que, após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI da FURG, conforme proposta apresentada pela Administração. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, o Senhor Presidente agradeceu ao relator pela síntese realizada sobre o assunto em seu relatório. Na sequência, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. O Cons. Billy ficou com dúvida na Análise Swot da TIC (Tecnologia da informação e comunicação) página 11 do anexo do parecer, em que fala das

fraquezas. Citando o trecho “Não utilização de metodologias de projetos, de riscos e de controle”, perguntou o que são processos de negócios que estão citados, e questionou qual será o custo e as consequências na adesão ao *Google for Education*, que aparece no plano estratégico como meta do processo. O Convidado Samuel explicou o que são os processos de negócios, citando, como exemplo, o sistema de projetos em que tem diversas etapas. Disse que cada Unidade Acadêmica tem sua peculiaridade de aprovação de um projeto, e que o NTI não tem o conhecimento do todo, não existe um mapeamento de processos na FURG, sendo isso uma fraqueza. O Senhor Presidente contribuiu com a discussão, dizendo que os dois itens citados pelo Cons. Billy estão relacionados, o termo negócio aparece nos guias e metodologias de estruturação desses planos, pois é um termo tratado nos documentos do TCU e da CGU como negócio dos órgãos públicos. Por isso, aparece no item de fraquezas que fala “processo de negócios não mapeados e documentados”, pois não está implementado ainda. Falou de outras documentações fragilizadas que precisam ser implementadas, como a política de gestão de risco e o plano de integridade, dois grandes projetos que passarão pelo CONSUN até o final do ano. Informou que existe um comitê específico de gestão de risco que trata do mapeamento de processos, sendo para uma Universidade, algo extremamente complexo para ser realizado dentro do prazo do decreto, diferentemente, de outros órgãos públicos. Essas duas fraquezas estão associadas sendo, frequentemente, apontadas pela auditoria interna, ou seja, não se tem, ainda, implementada uma política de gerenciamento de risco, aparecendo como fraqueza. O Cons. Billy sugeriu mudar a redação incluindo o trecho “de gestão” onde diz “não utilização de metodologias de projetos de gestão de riscos e de controle” e acrescentar “das universidades” onde diz “processos de negócio das universidades não mapeados e documentados”, tendo a concordância do plenário. O Diretor Samuel falou da meta de adesão ao *Google for Education*, explicou que surgiu na pesquisa de opinião, mas que pode aparecer de forma a não ser viável a adesão, é uma meta, mas não quer dizer que vá ser concretizada, devido aos cortes de orçamento. O Senhor Presidente falou que se pode colocar “Análise de Adesão do *Google for Education*”, tendo a concordância do plenário. O Cons Eduardo Pitrez perguntou se existe uma previsão de adesão ao SEI (Sistema Eletrônico de Informações). O Senhor Presidente respondeu que há uma comissão que está trabalhando com esse assunto há algum tempo, mas ainda não se concluiu totalmente o estudo da implantação do SEI, destacando a UnB como referência e a UFPEL já utiliza. Disse ser um momento importante de fazer a integração com o CGTIC e promover a adesão. Disse que se está com expectativa de tentar colocar o SEI na FURG até meio do ano que vem. O Diretor Samuel disse que o SEI aparece na Meta 11 do Plano. O Cons. Marcelo Garcia, primeiramente, parabenizou o trabalho realizado, disse que o documento está bem conciso e preciso e sugeriu na citação do Cons. Billy a redação “processos das unidades não mapeados e documentados” ficando explícito que são processos internos, tendo a concordância do plenário. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, com as adequações realizadas, sendo aprovado por unanimidade; **5º) Parecer 004/2019 da 3ª Câmara - Processo**

23116.007670/2019-73 – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da FURG – O processo foi relatado pelo Cons. Newton Nyamasege que após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da FURG, conforme proposta apresentada pela Administração. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, o Senhor Presidente agradeceu ao relator pela síntese realizada sobre o assunto em seu relatório, mostrando a complexidade do documento que ilustra bem os desafios da Universidade, tanto na elaboração, quanto no fazer, afirmando que trata-se de uma área estratégica e do volume de demanda que se tem sobre a área de TI, como um todo, dentro de uma Universidade. Falou sobre os apontamentos que o relator, Cons. Newton, mostrou sobre o monitoramento e disse que o comitê gestor de tecnologia da informação e comunicação foi instituído, através de uma portaria do gabinete da reitoria, e, tratando-se de uma alteração simples, assim que o conselho aprovar o relatório, será feito um ajuste na referida portaria para que o comitê faça também o monitoramento do PDTI. Comentou sobre a ampliação do período para melhor integração dos documentos na discussão do PDI. O Diretor Samuel falou que a ampliação do período, que foi uma sugestão da Diretora da DIPOSG, Gionara, na aprovação do plano anterior com a intenção de fazer um alinhamento entre os planos institucionais, o PDI com o PDTI, informando que foi atendida a sugestão da Diretora Gionara. Na sequência, o Senhor Presidente colocou o assunto em discussão. O Cons. Marcelo Garcia perguntou por que a avaliação do plano é bianual e não anual, conforme consta na página 02 do parecer, sugerindo fazer a avaliação do plano a cada mês de outubro, até 2022. O cons. Newton achou pertinente a observação e explicou que, talvez, em um ano, devido à demanda do NTI, não fosse possível ser feita a avaliação detalhada, mas disse que, se o conselho entender que um ano seria o suficiente, também concorda com a alteração. O Cons. Marcelo Garcia disse que, por pertencer ao quadro de técnicos do NTI, sabe que cada trabalho que vai para lá, vira uma notificação, relatando que são identificadas dificuldades que não competem somente ao NTI resolvê-las, sendo preciso ajuda, através de uma reavaliação em período menor, e acredita que ao final, tenha-se uma contemplação maior de etapas cumpridas. O Diretor Samuel disse que o comitê tem uma reunião, a cada 6 meses, sendo viável, anualmente, a avaliação, tendo a concordância do plenário. O Senhor Presidente parabenizou todos pelo trabalho e disse que presidir o comitê foi muito importante e que esse formato utilizado mais amplo, com os grupos de trabalho e os técnicos mais dedicados ao estudo detalhado, tem ajudado muito. Relatou que o trabalho que foi feito no comitê gestor de tecnologia da informação e comunicação por todos os GT's (dados abertos, PETI, PDTI) e, agora, política de segurança da informação, é extremamente qualificado, sendo bem aprofundado, algo que antes, quando o comitê era formado, basicamente, por pró-reitores e reitoria, tinha-se uma dificuldade no andamento das ações, por conta da infinidade de demanda que se tem nos cargos, especialmente, quem está na atividade fim, estando todo o tempo buscando aprimoramento, não podendo se descuidar da atividade meio, pois ela possibilita que a atividade fim seja mais bem gerenciada. Disse que valorizam muito os grupos de trabalho, NTI e sua

equipe que dá a sustentação para o comitê trabalhar e conseguindo avançar, apesar de todas as dificuldades e carências de pessoal e que fizeram um excelente e qualificado trabalho que está sendo aprovado nessa reunião. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, com as adequações realizadas, sendo aprovado por unanimidade; **7º) Assuntos gerais** – O Senhor Presidente falou, inicialmente, da situação orçamentária, dizendo que estamos em uma situação, extremamente, drástica durante essa semana, sendo batidos todos os limites orçamentários, como já vinha sendo previsto durante o ano, devido ao formato do bloqueio, que é a retirada de orçamento, não adiantando ter financeiro e nem arrecadação própria, porque não é possível fazer empenho. Disse que, hoje pela manhã, saiu o decreto que muda a reprogramação orçamentária, falou que foi liberado quase 2 bilhões de reais do orçamento para o MEC, disse que a expectativa é que durante a semana venha algum detalhamento melhor do MEC, sobre como será a distribuição dentro das universidades. Comentou que se não houvesse essa liberação, estabelecer-se-ia um caos administrativo inédito que, é não ter condições de pagar nenhuma conta até final do ano. Disse, também, que o recurso é inferior ao bloqueio total. Comentou que, no decreto, fala-se em liberação orçamentária, e que pelos valores, vão dar “um fôlego” no orçamento, mas a liberação financeira, provavelmente, continue da mesma forma que vem sendo feita, colocando a administração em uma pressão profunda, afirmou que é uma liberação mínima de recurso financeiro, que paga, basicamente, parte das contas do mês anterior, sendo escolhidas algumas, priorizando o pagamento dos terceirizados, contas de luz e água, especialmente, dos prédios alugados, pois existe uma capacidade de negociação menor, evitando, assim, os cortes. Posteriormente serão pagos os gastos do Campus Carreiros e hospital, por terem uma margem de negociação melhor e os auxílios dos estudantes de maneira geral, conseguindo, então, honrar com esses compromissos. Disse que a liberação financeira de capital foi de 20%, não chegando a 1 milhão de reais. Comentou que as obras têm andado muito por restos a pagar e por arrecadações próprias, que são direcionados para isso. Comentou que não foi preciso parar nenhuma obra, ainda, mas que têm obras em situações extremamente críticas que podem vir a ser interrompidas em breve, caso não ocorra liberação de, pelo menos, 20 a 30% de capital. Disse que, provavelmente, a situação financeira será essa até final do ano, com liberações mínimas. Disse que, infelizmente, não se conseguiu levar ao COEPEA a distribuição orçamentária para as Unidades Acadêmicas este ano, explicou que foi feito um memorando com as prioridades, conseguindo atender, minimamente, as urgências com extrema dificuldade. Sobre o FUTURE-SE, disse que, na reunião anterior, teve-se a manifestação deste conselho, sobre a minuta apresentada, comentou que houve uma comunicação oficial à ANDIFES, e que o Secretário da Educação Superior, Sr. Arnaldo, foi à ANDIFES e fez uma fala, dizendo que o documento está sendo profundamente alterado devido às consultas públicas, às críticas, e que este seria encaminhado à ANDIFES antes de ser enviado ao Congresso. Falou que esteve, recentemente, na reunião da bancada gaúcha, em que estavam os senadores e deputados. Comentou que foi uma reunião muito ampla, onde diversas comitivas

do Estado apresentaram demandas e possibilidades para emendas de bancada, que este ano vai à quase 250 milhões. Disse que foi possível sentir que os parlamentares estão muito pouco apropriados do que seja o FUTURE-SE, e que a tendência é de que, provavelmente, arraste-se essa questão. Comentou da possibilidade do FUTURE-SE ser apresentado como Medida Provisória, mas que, teoricamente, não parece ser a opção do MEC, mas, em breve, teremos mais informações. Explicou que o que se sabe advém da imprensa e que pode ser alterada a tentativa de esclarecer mais o papel da Organização Social, inclusão das Fundações de Apoio que podem ter sua legislação modificada para que se permita a contratação de atividade fim pelas Fundações, o que, hoje, não pode acontecer, sendo essa uma alteração que não é simples do ponto de vista legal, pois há uma legislação extremamente robusta que envolve uma lei ampla e alguns decretos que apresentam um conjunto grande de proteções para que não ocorram terceirizações irregulares. Comentou que, aparentemente, houve uma percepção do MEC de que se apresentarem o FUTURE-SE como Medida Provisória, o risco jurídico será enorme, e a tendência será de inviabilização, judicialmente, grande, assim, apresentando uma expectativa que se dilate o tempo de aprovação da proposta. Disse que tudo indica que a base do programa não irá mudar, ou seja, continua, no projeto, a inserção de algum ente privado dentro da administração e a questão do fomento a fundos de investimento, também, pois não se tem falado, indicando, então, que isso pode ser mantido. Disse que a reitoria se compromete em realizar novos debates, citou a importância do debate anterior, porque a minuta apresentada tinha problemas muito graves, tendo sido muito importante a análise, a discussão e a posição do conselho naquele momento. E, agora, dependendo de como será apresentada a nova minuta, se houver mudanças profundas no Projeto, disse que serão feitos novos debates. Falou que se está aguardando a nova versão do MEC. Reforçou que, até final do ano, o conselho receberá mais um conjunto denso de documentos que tratam de atividades de aprimoramento do processo de gestão, que é a política de gestão de risco, que já está sendo discutida. Disse que há um comitê que está sendo estruturado e que já está trabalhando de forma profunda. Afirmou não ser um processo simples, sendo cumpridas as etapas de instalação do comitê de risco e a criação da política de gestão de risco. Disse que a implantação da gestão de risco na Universidade é algo muito mais complexo, comentou que será enfrentada essa complexidade. Falou, também, sobre o plano de integridade, disse que este plano poderá promover um grande avanço, pois integra vários elementos que tratam do assunto na Universidade, articulando a comissão de processos administrativos disciplinares, comitê de ética, ouvidoria, auditoria interna, comitê de riscos e controle, todas as questões de conflito de interesse. Disse que se trata de uma forma bem ampla, sobre todos esses processos relativos à integridade. Mas, para isso, será preciso um comitê específico e um plano de integridade, de forma a articular todos os órgãos que lidam com integridade. Comentou que, a partir disso, será possível se ter um bom diagnóstico do que precisa avançar em cada questão, e que se está discutindo duas câmaras para trabalhar e qualificar esse processo, uma câmara de admissibilidade que analise para qual lugar deve ser encaminhado o processo, e

uma câmara de mediação, como forma de prevenção, criando uma política de prevenção. Disse que tudo isso aparece no plano de integridade, sendo um avanço muito importante para a Universidade, dado o contexto que se tem. Comentou que, no momento que surgiu a ouvidoria, abriu-se uma porta muito grande de ansiedades, que relata a conjuntura em que vivemos, visto que é preciso tratar desses assuntos para o melhor desenvolvimento do trabalho, explicando que as políticas preventivas são fundamentais para que não se chegue a casos extremos. Falou como último aspecto dos assuntos gerais, que se estaria discutindo nessa reunião a reestruturação do Estatuto e Regimento da FURG, mas que foi feita uma reavaliação, após uma discussão com a comissão e os diretores das Unidades Acadêmicas, os quais também concordaram de que está muito difícil, dada a conjuntura atual, de fazer qualquer processo mais profundo de alteração do Estatuto e Regimento, nesse momento. Disse que se sabe existir no MEC uma proposta de governança para as Universidades, sendo mostrado de forma velada no FUTURE-SE. Assim, não seria adequado promover a alteração mais detalhada do Estatuto agora, devido à falta de clareza nesse processo, disse que preferiram concentrar-se na questão dos Campi Fora de Sede, detalhar melhor, e que logo chegará ao Conselho, também, os Regimentos dos Campi Fora de Sede, dentro do formato que existe, hoje, na Universidade. Disse que a comissão achou melhor aguardar um pouco, comentando que, também, no ano que vem, acontece a consulta para Reitor, e que será um ano de bastante ocupação para a comunidade universitária, então, primeiramente deve-se concluir o diagnóstico, e, posteriormente, retomar quando tiver mais clareza. O Cons. Cristiano Engelke fez uma breve fala na condição de presidente da APROFURG, citando os dois pontos lembrados pelo Senhor Presidente nos assuntos gerais, a questão orçamentária e o FUTURE-SE, e disse que, na assembléia do sindicato dos professores que ocorreu na última quarta-feira, foi aprovada a greve de 48 horas para os próximos dias 2 e 3 de outubro, explicando ser importante o que foi decidido de forma unânime pela assembleia, mas que gostaria de colocar como informe, que, dentro da programação, está sendo construído um movimento de ocupação das Universidades e, não, o esvaziamento, isto é, usar-se-á os espaços para discutir qual “Universidade” queremos e o que deve ser feito em sua defesa. Completou informando que já foi decidida em reunião com as 3 categorias, uma assembleia ampliada, convidando a todos para na quarta-feira, dia 08 de outubro, às 16h, no espaço APROFURG. Disse que enviou pela manhã o convite à reitoria e à PROPLAD para que possam, minimamente, apresentar os dados à comunidade e se tomar uma posição. O Senhor Presidente falou sobre o orçamento PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) do ano que vem, disse que ele está no congresso sendo discutido, e que está, extremamente, instável. Comentou que a ANDIFES está em contato com os parlamentares, e que, quando chegou a primeira proposta de orçamento que seria um corte na ordem de 35% no custeio, sendo mais profundo que o bloqueio de agora, inviabilizando o funcionamento dos campi no ano que vem, posteriormente, reverteu-se a situação, em tese, mas que continuou instável. Sobre a PLOA do ano que vem, falou que o que se tem de momento é que será igual ao deste ano, podendo estar sujeito a bloqueios e

contingenciamentos. Comentou que foi sinalizado um corte profundo no PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), mas que, também, reverteu-se em tese e pediu para os conselheiros ficarem atento a esse assunto também. Falou sobre a nomeação dos reitores, disse que no que vem, tem processo de consulta na FURG e que a situação de momento é que dos 13 reitores nomeados para as IFES, 6 não foram os primeiros da lista, sendo importante o acompanhamento dessa situação. Nada mais havendo a tratar, às 10h47min, o Senhor Presidente encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pelo Senhor Presidente e, por mim, Bruna Coi, que secretariei a reunião.

Prof. Dr. Danilo Giroldo
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSUN

Bruna Coi
SECRETÁRIA EM EXERCÍCIO